

Qual é o alcance dos programas sociais brasileiros?

Isabel Clemente

Uma pesquisa inédita da FGV-Rio radiografou o alcance dos programas sociais brasileiros. Descobriu que metade da população (49,3%) está coberta, de alguma forma, por programas assistenciais. O resultado que mais surpreendeu, no entanto, foi a participação dos idosos: 30% . O auxílio público voltado para crianças responde por apenas 13,88% da amostra, de acordo com a FGV.

“É uma miopia da assistência social no país. Quando um barco afunda, a convenção é: mulheres e crianças primeiro”, diz Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da FGV, responsável pelo estudo.

Fora o mais conhecido programa de abrangência nacional, o Bolsa-Família, e projetos semelhantes mantidos por vários Estados (como o cheque-cidadão do Rio de Janeiro) e municípios, o governo federal também é responsável pelo pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Previsto na Constituição e regulamentado em meados dos anos 90, o BPC é uma rede de proteção social para portadores de deficiência e idosos pobres ainda muito pouco conhecido do brasileiro.

Ele atende 2,4 milhões de brasileiros, com um salário mínimo por mês. “Esse benefício é pouquíssimo conhecido porque vai para uma população muito vulnerável e sem peso político, embora seja uma das iniciativas mais bonitas de inclusão social do país”, diz a socióloga Débora Diniz, professora da Universidade de Brasília. “Não há rampa de acesso que garanta a inclusão do deficiente atendido pelo BPC”.

Segundo cálculos de especialistas do Centro Mundial de Pobreza, da ONU, pelo menos 200 mil idosos poderiam estar recebendo essa ajuda hoje. Sem contar a chamada população oculta, pessoas que sequer têm documento, ou seja, não existem para a burocracia. O perfil dos beneficiados pelo BPC revela o grau de vulnerabilidade dessas pessoas. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social, entre os 1,2 milhão de deficientes atendidos, quase metade tem no máximo 24 anos. Mais de 115 mil deficientes são analfabetos e vivem sozinhos. Um grupo de 59 mil pessoas com deficiência são totalmente dependentes de ajuda, e vivem sós. Quase 260 mil são totalmente dependentes, vivem com seus familiares, mas seus responsáveis estão desempregados ou não trabalham.

O BPC é assistência social, ao contrário do Bolsa-Família. É um pagamento vitalício. Seu desembolso tende a crescer com o tempo. Um dos pontos críticos do pagamento é o fato de o Estatuto do Idoso ter reduzido o parâmetro da Terceira Idade de 67 para 65 anos, quando a população está envelhecendo. Isso aumentou o grupo dos beneficiados e o gasto, que sobe todo ano com o reajuste do salário-mínimo. O desembolso previsto para este ano é de R\$ 9 bilhões. “Muita gente alega que isso é uma distorção, mas não há injustiça. A intenção do BPC é outra. É proteção social”, diz Ana Lígia Gomes, diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social.

Um dos objetivos do ministério é unificar o cadastro do BPC, a cargo da Previdência, com o cadastro único do Bolsa-Família. Em tese, hoje, uma família pode receber os dois benefícios.

A intenção dos dois programas pode até ser diferente, mas, junto com o Bolsa-Família, o BPC e as pensões pagas pela Previdência, ou seja, todas as transferências federais, têm tido um papel fundamental na melhoria da desigualdade social no Brasil, de acordo com o economista Marcelo Neri, da FGV. Infelizmente, mais do que o trabalho.

Imprimir

Copyright © 2006 - Editora Globo S.A. - Termos legais

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Editora Globo S.A.